

DA NOÇÃO DE AUTOR A DE AUTORALIDADE FROM THE NOTION OF AUTHOR TO AUTHORITY

André da Costa Lopes¹
Secretaria de Educação Cultura e Esporte de Itanhaém

RESUMO

O tema deste artigo gira em torno das noções de autor, autoria e autorialidade sob a perspectiva de estudiosos da área da crítica literária e da filosofia, culminando nas reflexões de Dominique Maingueneau, no campo da Análise do Discurso. Embora Maingueneau tenha desenvolvido a noção de autorialidade tendo como referência principal enunciados providos da função-autor, restringindo sua função analítica aos campos discursivos literário, filosófico e científico, as discussões levantadas no capítulo buscam mostrar que questões a respeito do autor e da autoria revelam-se em outras práticas enunciativas, de modo que a noção de autorialidade pode ter seu campo de aplicação ampliado de maneira produtiva a outras esferas discursivas.

Palavras-chave. Autor. Autoria. Autorialidade. Análise do Discurso.

ABSTRACT

The theme of this paper talks about the notions of author, authorship and authoriality from the perspective of scholars in the field of literary criticism and philosophy, culminating in the reflections of Dominique Maingueneau, in the field of Discourse Analysis. Although Maingueneau developed the notion of authoriality having as his main reference statements provided with the author-function, restricting his analytical function to the literary, philosophical and scientific discourses, the discussions raised in the chapter seek to show that questions regarding the author and authorship are revealed in other enunciative practices, so that the notion of authoriality can have its field of application expanded to other discursive spheres in a productive way.

Keywords. Author. Authorship. Authoriality. Discourse Analysis.

A noção de autor e autoria

As noções de autor e autoria variam de acordo com as condições sócio-históricas de produção. Sofrem variações no tempo e no espaço, mas também mudam suas características de acordo com a perspectiva teórica.

No que se refere aos estudos literários, o autor tem sido motivo de discussão há um bom tempo. Bakhtin (2003) traz à luz a questão da relação entre autor e herói justamente por meio da literatura. Chartier (1999, p. 34) afirma que a problemática do autor pertenceu durante muito

¹ E-mail: dacosta@hotmail.com

tempo “à história literária e aos seus gêneros clássicos: a biografia, o estudo de uma escola ou de uma corrente, a descrição de um meio intelectual”.

A linguística, no período estruturalista, afastou-se do autor em nome da obra e levou consigo a Crítica Literária. Mesmo a História e a Sociologia o deixaram de lado. Entretanto, progressivamente houve um movimento de retorno ao autor, tanto no que concerne à Crítica Literária, como à História e à Sociologia. Em relação aos estudos literários Chartier (1999) faz menção à Estética da Recepção. No campo da História e da Sociologia, cita o projeto do *New Historicism*. Também menciona a sociologia da produção cultural, apoiada em conceitos forjados por Bourdieu, cuja análise se apoia, sobretudo, nas condições sociais de produção.

A despeito das diferenças, essas abordagens, de uma maneira ou de outra, têm como ponto comum: rearticular o texto a seu autor. No entanto, é consensual que esse retorno ao autor diverge da concepção partilhada pela crítica positivista, para a qual interessa exclusivamente o autor biográfico ou escritor, centro de todos os sentidos da obra.

Nos estudos literários, Buescu (2010) afirma que a noção de autor constitui um elemento polarizador da reflexão literária enquanto paradigma positivista-historicista até a primeira metade do século XX. Esse autor de inspiração burguesa é o autor empírico, ou seja, trata-se de recorrer à biografia e à psicologia do escritor como critério de explicação do texto literário. Barthes e Foucault se rebelam, nos anos sessenta do século passado, exatamente contra esse autor.

Para Foucault (2013), o autor tal qual conhecemos hoje, como uma força criadora que dá unidade a um conjunto de discurso, nasce no final do século XIX. Entretanto, Chartier (1999) o contesta, afirmando que mesmo no medievo nomes de autores como Dante, Petrarca e Boccaccio exerciam o mesmo poder de legitimidade.

Essa centralidade enunciativa, por motivos ideológicos, econômicos e estéticos fez com que o nome do autor se tornasse imprescindível para certos discursos que circulam em sociedade. Por isso, Foucault (2013) não designa a função-autor apenas para o discurso literário, mas para qualquer outro em que o nome de autor possa ativá-la.

Nos estudos literários, de acordo com Buescu (2010) as preocupações passam a seguir orientações que se fundamentam na estrutura textual e se deslocam da zona de produção para a zona do produto, ou seja, para zona do texto. Essa perspectiva, de cunho imanentista e interpretativo, fez com que a noção de autor perdesse sua operacionalidade. Sem função metodológica, perdeu-se também a legitimidade e, com ela, o interesse pela categoria.

Representam essa linha de investigação correntes como o Formalismo russo, o estruturalismo checo, o *New Criticism* e o estruturalismo francês.

A declaração radical de Barthes que conclama a morte do autor tem seus fundamentos no *New Criticism* e representa de forma emblemática essa busca por um novo paradigma de autor no discurso literário. Ao contrário do escritor da crítica romântica e positivista, o autor passa a ser um sujeito gramatical, na concepção da teoria da enunciação, que se apaga na linguagem. Por isso, Barthes (2004) substitui o termo autor por *scriptor*, isto é, aquele que nasce ao mesmo tempo que o texto, que jamais estaria para além da escrita. Não é fonte nem origem, é apenas a linguagem em ato. Escrever, nesse sentido, não é um ato criativo, mas um ato performativo. Assim, quem escreve estará sempre sujeito às normas e as coerções da situação de enunciação em que está inscrito.

A morte do autor gera uma dupla consequência. Em primeiro lugar, o enfraquecimento da noção de obra, substituída por Barthes (2004) pela noção de texto, ou seja, escrita plural e anônima de natureza intertextual e polissêmica. Portanto, não é mais o autor o responsável por dar unidade ao discurso ou a um conjunto de discursos. Surge, então, a segunda consequência, o nascimento do leitor: considerado o ser total da escrita, é ele quem, na linguagem e pela linguagem, vai construir os sentidos do texto.

O artigo a “Morte do autor” foi escrito em 1968. No ano seguinte, Foucault, em resposta a Barthes, escreve “O que é um ator”. Neste ensaio, a noção de autor também não é mais aquela tradicional: biográfica e psicologista. O autor é na verdade uma instância que desempenha funções no discurso. Embora nesse sentido os dois estudiosos convirjam para uma noção de autor semelhante, Buescu (2010) considera que Foucault avança um passo ao reconhecer que o desaparecimento do autor não significa o desaparecimento autoral. A função-autor é um meio de mostrar a manifestação do autor no discurso.

Diferentemente da noção de autor, Possenti (2009, 104) considera que o conceito de autoria não tem sido uniformemente empregado e talvez nem tenha sido objetivamente definido, mas esta noção

têm a ver com os conceitos de locutor (expressão que designa o “falante” enquanto responsável pelo que diz) e com o de singularidade (na medida em que, de algum modo, serve para chamar atenção para uma forma um tanto peculiar de o autor estar presente no texto [...])

Nesse sentido, a autoria tem a ver com um “como”, ou seja, de que modo o texto foi elaborado pelo sujeito. Por isso, as posições enunciativas revelam marcas de autoria e também

uma marca de singularidade do sujeito que enuncia. Para Possenti (2009), toda produção discursiva possui modos de enunciação peculiares que revela seu *modus operandi* no enunciado.

Muito semelhante às considerações de Possenti (2009), mas a partir das contribuições de Foucault (2013), Fortunato (2003, p.36) considera o conceito de autoria como procedimento. A autoria pensada dessa forma supõe

não só a forma de atuação do indivíduo que fala ou escreve na formulação de seu discurso, mas formas de atuação que atendem a contextos distintos de produção do discurso, em função da tipologia dos discursos, dos domínios do conhecimento, do lugar que o sujeito ocupa no discurso ou da formação discursiva que se filia e, até mesmo, [...] das tecnologias para sua formulação.

Nessa noção de autoria, por ser essencialmente discursiva, o procedimento é fortemente associado ao modo de enunciação, ou seja, as peculiaridades de cada ato enunciativo regidas pelas regras do discurso. Portanto, as condições sócio-históricas de produção são essenciais para se entender os procedimentos de autoria na dimensão espaço-temporal.

Apesar de estarmos falando de discursos materializados sob a forma linguística, Fortunato (2003) observa que em outras linguagens, por exemplo, a pintura, a música, a dança, o cinema, os procedimentos de autoria também se manifestam. Todavia, é evidente que para cada uma dessas linguagens há formas diversas de autoria, pois os procedimentos autorais mudam, à medida que se altera o *status* material do discurso. A partir disso, pode-se afirmar que os meios materiais podem definir procedimentos de autoria. Sob um ponto de vista histórico e social, é possível também dizer que as marcas autorais são bastante distintas em culturas cujos discursos são essencialmente orais e em culturas em que os discursos são predominantemente escritos.

Na perspectiva da Análise do Discurso de Linha Francesa (doravante AD), a noção de autoralidade definida por Maingueneau (2010), ao articular em si três dimensões de autor, a saber: autor-responsável, autor-ator e *auctor*, realiza uma operação de justaposição das noções de autor, de autoria e de função-autor, pois marca em cada uma das instâncias a responsabilidade por um enunciado, posições enunciativas e uma força capaz de dar unidade e coerência ao discurso e também de agir como geradora de discursividade.

Tendo em vista tais considerações, esse trabalho está fundamentado no campo da Análise do Discurso de Linha Francesa, sobretudo nos estudos de Dominique Maingueneau. Nosso objetivo é problematizar algumas questões acerca da noção de autoralidade

(MAINGUENEAU, 2010) como categoria de análise, buscando mostrar o alcance de sua função analítica para além dos discursos literário, filosófico e científico. Antes falamos um pouco mais sobre as discussões em torno do autor realizadas por Roland Barthes e Foucault. Tais problematizações estão no cerne dos estudos pós-estruturalistas a respeito da função da instância autoral nas produções discursivas e, conseqüentemente, dialogam com o conceito de autoralidade.

Da Morte do Autor ao seu Ressurgimento

Roland Barthes e a morte do autor

O decreto da morte do autor revela uma posição crítica em relação aos adeptos da estética romântica e positivista que consideravam o autor como centro ou fonte criadora e, por isso, pautavam toda a explicação do texto literário nos traços biográficos e psicológicos do autor, melhor dizendo, do escritor, aquele que está fora da obra, no espaço social.

De acordo com Azevedo Neto (2014), Barthes realizou um movimento autocrítico em relação a sua atuação no estruturalismo, ato que o levou em direção ao rol dos críticos pós-estruturalistas e da Nova Crítica, os quais tiveram como ponto de partida, no que se refere às questões sobre o autor, um posicionamento ideológico. Compagnon (1999, p.50), a esse respeito, diz que para a nova crítica “o autor não era senão o burguês, a encarnação da quintessência da ideologia capitalista”.

Para além disso, a tese da morte do autor começou a ser germinada por escritores que, no início do século passado, iniciaram o processo de valorização da linguagem e o apagamento do autor no processo de escrita. Nomes como Mallarmé, Valéry, Proust e Brecht contribuem para tanto ao considerarem a natureza essencialmente linguística do texto literário. Nele, quem fala é a linguagem não o autor; dito de outra forma, a linguagem atua, “performa”. Nessa linha de pensamento, amparado por noções advindas da teoria da enunciação, Barthes (2004, p. 3) diz o seguinte:

o autor nunca é nada mais para além daquele que escreve, ‘tal’ como *eu* não é senão aquele que diz eu: a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer ‘suportar’ a linguagem, quer dizer, para a esgotar

O autor é, desse modo, constituído na própria linguagem, e jamais poderá ser projetado para além dela. A linguagem impulsionada pelo movimento singular de cada enunciação projeta obliquamente a sombra do sujeito autor para, em seguida, torná-la névoa rarefeita no enunciado.

Diante disso, Barthes (2004) substitui o termo autor por *scriptor*, trata-se de uma mudança de concepção que visa a desconstruir a antiga noção de autor. O *scriptor* é aquele que nasce ao mesmo tempo que o texto e que jamais estaria para além da escrita. Ele não é fonte nem origem, é apenas a linguagem em ato. Nesse sentido, escrever é um ato performativo, ou seja, quem escreve deve seguir as normas da cena de enunciação em que está inscrito e, por conseguinte, é guiado por elas.

O texto, portanto, é produto desse ato de escrita, da qual a principal matéria é a linguagem. Ele traz em si uma pluralidade de vozes e é também de natureza intertextual. Nas palavras de Barthes (2004, p. 4), “o texto é um tecido de citações saídas dos mil focos da cultura” lugar onde “as palavras só podem explicar-se por outras palavras”. Daí a abertura para a polissemia, para a escrita aberta, isto é, os sentidos não são fechados em si mesmo, naquilo que quer dizer o autor, mas sim abertos no universo da linguagem.

Com a morte do autor, morre também a crítica romântica e positivista que buscava apreender no texto sentidos implícitos, dentro daquilo que o escritor um dia quis dizer e, desta dupla morte, emerge uma figura a tanto esquecida: o leitor. Este se torna o ser total da escrita, na medida em que é o único que pode sintetizar sua complexidade discursiva. Ele é o prisma com função contrária, ou seja, ao invés de dispersar, concentra, torna uno o espectro discursivo.

De acordo com Barthes (2004, p.5), o leitor “é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita”. Se antes o autor era aquele que dava unidade ao texto, agora é o leitor responsável por essa tarefa. Passa-se da relação autor-texto para a relação leitor-texto.

Foucault e os marcadores autorais

No artigo “O que é um autor”, Michael Foucault (2013) discute a instância autor a partir das funções que ela ocupa no discurso, sobretudo o literário, o filosófico e o científico. O que o impulsiona a discorrer sobre o tema é o apagamento ou a morte do autor decretada pela Crítica Literária, cujo principal expoente é Roland Barthes. A partir da declaração de Beckett: “Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”, Foucault (2013) traça reflexões sobre a origem dessa indiferença. O desdém ao autor parte do princípio de que a escrita não é um resultado, mas sim uma prática. Pensada como prática onde o sujeito se inscreve e segue as

regras prescritas, e não como resultado, a escrita acaba por descentrar o autor, por destituí-lo da origem.

A despeito disso, na cultura ocidental, desde os gregos, a escrita literária representava a imortalidade. Tanto é que as narrativas e as epopeias tinham a função de perpetuar na memória coletiva o nome do autor. Mas na modernidade, o procedimento de autoria no discurso literário passa a ser metáfora de sacrifício e então “a obra que tinha o dever de trazer a imortalidade recebeu agora o direito de matar, de ser assassina do autor” (FOUCAULT, 2013, p. 273).

A obra, seja para eternizar seja para matar, de uma maneira ou de outra, está associada ao autor. De acordo com Foucault (2013, p.274), a noção de autor não pode ser dissociada da noção de obra, para ele é insuficiente afirmar: “deixemos o escritor, deixemos o autor e vamos estudar, em si mesma, a obra”. Isso porque, para este filósofo, é justamente o autor que dá coerência, unidade e identidade a um discurso ou a um conjunto de discursos. Portanto, não há autor sem obra e obra sem autor.

A noção de escrita, embora sugerindo o apagamento do autor, ainda preserva de maneira indireta a existência deste. Fica então pressuposta uma presença que se manifesta em um anonimato transcendental, a esse respeito, Foucault (2013, p. 275) afirma que

tal uso da noção de escrita arrisca manter os privilégios do autor sob a salvaguarda do *a priori*: ele faz substituir, na luz obscura da neutralização, o jogo das representações que formaram uma certa imagem do autor. A desaparecimento do autor, que após Mallarmé é um acontecimento que não cessa, encontra-se submetida ao bloqueio transcendental.

A partir dessas reflexões o objetivo de Foucault é localizar o espaço deixado vago pelo apagamento do autor, espreitar os locais e as funções livres que essa “desaparição” faz surgir. O primeiro ponto observado são os problemas suscitados pelo nome do autor.

Foucault (2013, p. 276) considera que o nome de autor é um nome próprio e apresenta os mesmos problemas que ele, pois não é uma referência pura e simples. Desse modo, considera que o nome de autor possui outras funções além das indicativas, é mais do que um dedo apontado para alguém. Em certa medida é equivalente a uma descrição: “quando se diz ‘Aristóteles’, emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou a uma série de descrições definidas, do gênero de: ‘o autor das *Analíticas*’, ou: ‘o fundador da ontologia’ etc.”.

O nome de autor sendo também nome próprio tem em si uma característica de atribuição e descrição. Entretanto, é aí que surgem as “dificuldades particulares do nome do autor –, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele

nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira” (FOUCAULT, 2013, p. 26). O nome próprio como função designativa não tem a força de um nome de autor com função descritiva, que tem uma obra ou discursos em torno de si. Qualquer informação nova sobre esse nome pode gerar mudanças significativas no que se entende por sua obra.

O nome de autor também funciona para caracterizar certo modo de ser do discurso. Afirmar isso é dizer que os discursos providos da função-autor são aqueles que têm um nome de autor, cuja natureza descritiva agrupa certo número de enunciado em torno de si, que lhe dá um modo de ser diferenciado da fala comum, conferindo-lhe *status* e legitimidade.

Portanto, um discurso é considerado portador da função-autor se nele se reconhecer quatro características diferentes, a saber: apropriação, historicidade, construção e posição-sujeito.

Na Apropriação, o autor pode responder juridicamente pela autoria do discurso, pois ele é visto como uma propriedade ou mercadoria. Isso começa a vigorar no fim do século XVIII e no início do século XIX.

No caso da historicidade, a função-autor é situada numa dimensão histórico-temporal. Assim, por exemplo, no discurso literário da antiguidade o anonimato não constituía dificuldade, pois a antiguidade dos textos, verdadeira ou suposta, era garantia. Entretanto, hoje “o anonimato literário é insuportável para nós, só o aceitamos na qualidade de enigma” (FOUCAULT, 2013, p. 280).

A construção se refere ao fato de a função-autor não se formar espontaneamente. O autor, na verdade, é uma construção sócio-histórica, de onde emergem princípios que o associam a um ser de razão ou a uma força criadora.

Por fim, a posição-sujeito diz respeito aos signos que remetem ao autor. “Nos discursos que possuem a função-autor os signos da localização jamais remetem ao escritor nem ao momento que ele escreve; mas a um *alter ego* cuja distância em relação ao escritor pode ser maior ou menor ou variar ao longo mesmo da obra” (FOUCAULT, 2013, p. 283). Além disso, a função-autor atua de tal forma que aciona uma dispersão dos sujeitos, podendo dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos.

A emergência do autor no discurso

Autoralidade

Para Maingueneau (2010), a noção de autor é indissociável da noção de texto, pois o texto é uma unidade à qual se costuma associar uma posição de autor. Por tal razão, a noção de autorialidade, para a AD, surge como uma questão central, visto que “todo texto implica certa autorialidade e o mundo de onde emerge o texto implica ele próprio essa forma de autorialidade” (MAINGUENEAU, 2010, p.46).

Apesar disso, durante um bom tempo, as questões sobre o autor e a autoria apenas tangenciaram os estudos no campo da Análise do Discurso. Para Maingueneau (2010), isso ocorreu pelo fato de a AD, num primeiro momento, interessar-se pouco por discursos em que a figura do autor é incontornável, tais como o discurso literário, religioso e filosófico.

No domínio do discurso literário, Maingueneau (2010), observa que o estatuto social do autor se caracteriza pelo fato de sua atividade derivar unicamente da produção de textos. Desse modo, o critério do estatuto social e o da qualidade estão intimamente ligados à constituição de um “grande autor”, de um *auctor*. Porém, a noção de autor como é concebida tradicionalmente não dá conta de explicar suas implicações no funcionamento discursivo. Numa visão que deriva da crítica literária romântica, o autor é estritamente vinculado ao escritor ou, numa perspectiva, estruturalista, desaparece no processo de escrita. Privilegia-se assim ora elementos biográfico e psicológicos do escritor, ora a imanência do texto.

Em resposta a tais concepções, Maingueneau (2010) pontua que a noção de autorialidade está numa zona de troca recíproca de um interior e um exterior do texto, visto que as produções verbais implicam certa atividade enunciativa. E, por isso, são marcadas por estatutos enunciativos, convenções de gêneros, sendo vinculadas a práticas sócio-discursivas.

A fim de deixar mais “operacional” a noção de autorialidade Maingueneau (2010) a desdobra em três dimensões de autor: a saber autor-responsável, autor-ator e *auctor*. Desse modo, o *autor-responsável* é a instância historicamente variável, que responde pelo enunciado, não sendo nem o enunciador, nem o produtor em carne osso, mas uma instância híbrida que abala essa distinção, essa instância não é necessariamente literária, visto que qualquer gênero pressupõe um autor, ela pode segundo os gêneros de textos corresponder a estatutos muito variados; o *autor-ator* é aquele que organiza sua existência em torno da produção de discursos, que gere uma trajetória, uma carreira, variável segundo lugares, épocas e posições discursivas; e, por fim, o *auctor* é o autor enquanto correlato de uma obra, de um *Opus*. O *auctor* comporta-se como instância, ao mesmo tempo irradiadora de discursos e centralizadora de uma unidade discursiva ou, o que se entende no âmbito nos estudos literários por obra.

Para fundamentar tal concepção de autoralidade Maingueneau (2010), sobretudo no que se refere à instância *auctor*, recorre a Foucault, quando este argumenta que o nome de autor está intimamente ligado a uma obra. Vale notar que a noção de autoralidade associada a essas três dimensões de autor é instituída das mesmas instâncias que compõem a função-autor: apropriação, historicidade, construção e posição-sujeito. Desse modo, se todo texto implica certa autoralidade, somente alguns contemplarão as três dimensões de autor: são aqueles cujas condições de enunciação são reguladas pelos discursos literário, filosófico e religioso.

Autoralidade: desdobramentos possíveis

As considerações de Maingueneau (2010) acerca da autoralidade concentram-se em discursos providos da função autor e para conceituar essa categoria o autor recorre, principalmente, a exemplos advindos do campo discursivo literário. Na verdade, o que convém observar é que Maingueneau (2010), ao fazer tal recorte, privilegia discursos em que é possível vislumbrar as três dimensões de autor: *autor-ator*, *autor-responsável*, e *auctor*.

Contudo, todos os gêneros de discursos pressupõem uma instância produtora. Isto posto, Maingueneau (2010; 2013) assevera que há uma diferença entre o produtor de um discurso, ou seja, o indivíduo e/ou indivíduos que o elaboram e o autor, isto é, instância que se apresenta como responsável. Numa criação publicitária, por exemplo, há, na maioria das vezes, uma equipe trabalhando na elaboração de uma propaganda, mas é a marca que, em relação ao público, apresenta-se como responsável pela publicidade. Nesse caso, as questões em torno da autoralidade tornam-se problemáticas, haja vista que uma marca não é um sujeito histórico e está vinculada, no campo jurídico-econômico, a uma empresa.

Outra questão é que o responsável por um discurso pode ser apenas um autor, mas também pode acontecer que um texto tenha vários autores ou que o autor seja fictício, apagando as marcas do produtor ou dos produtores sob o véu de um pseudônimo. Há também instâncias autorais hierarquizadas. É o caso de um jornal que responde pelos discursos que o compõem, mas em se tratando de gêneros textuais² assinados por jornalistas, pode-se dizer que ele é tanto responsabilidade do jornalista quanto do jornal. Sendo este último uma instância autoral superior. Existem ainda textos de natureza heterogênea em que num mesmo espaço pode haver

² Para Maingueneau (2015) gênero de discurso é uma atividade comunicacional autônoma incorporada nas práticas discursivas sociais. Por outro lado, o gênero textual é um componente de um gênero de discurso. O jornal, por exemplo, é um gênero discursivo autônomo que circula em sociedade, o artigo jornalístico, por sua vez, é um gênero textual, pois é parte constituinte de um jornal.

instâncias autorais independentes respondendo por discursos distintos. Esse é o caso de publicidades no interior de uma revista.

Apesar dessas situações-limite, os gêneros de discurso são um fator importante no que diz respeito a autoralidade. Maingueneau (2015) os divide em dois regimes complementares: um regime instituído, que recobre gêneros autorais e rotineiros, e um regime conversacional. Por meio da noção de regime genérico instituído é possível traçar modos de genericidade. Para isso, primeiramente, é preciso observar a cena de enunciação da qual emergiu o gênero de discurso e o processo enunciativo do qual emergem a cena genérica e a cenografia.

A cena genérica é constituída pelos gêneros de discurso pertencentes a certa esfera discursiva. Vinculada ao estatuto enunciativo do gênero de discurso, a cenografia se apresenta como cena de fala instaurado no ato comunicativo. De acordo com Maingueneau (2012), é por meio da cenografia que os estatutos de enunciador e do coenunciador são validados e é também por meio dela que se constituem o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais a enunciação se desenvolve. Isso quer dizer que, ao se apresentar como uma cena de fala, a cenografia institui papéis enunciativos e instaura uma situação de enunciação que deve legitimar a si mesma como uma cena válida e compatível com o quadro cênico de onde emergiu.

A partir de tais considerações, Maingueneau (2013) divide os gêneros instituídos em quatro modos. O modo 1 diz respeito a gêneros extremamente coercitivos, inclusive em sua formulação, são exemplos a carta comercial e o catálogo telefônico. O modo 2 relaciona-se a gêneros que seguem rotina, mas sem utilizar fórmulas predominantemente feitas, são exemplos os telejornais e as aulas expositivas. No modo 3, os autores devem inventar uma cena genérica original, pois ela não exige uma cenografia preferencial, contudo o gênero não é questionado, são exemplos as publicidades, as canções e os programas de entretenimento na TV. No caso do modo 4, a noção de gênero é problemática. O gênero e a cenografia ficam condicionados ao ato criativo de um autor singular. A finalidade e as formas de expressão desses gêneros são essencialmente indefinidas, são exemplos os textos literários e os filosóficos.

As reflexões de Maingueneau (2013; 2015) a respeito dos modos de genericidade são correlatas aos debates sobre autoralidade, já que levam em conta as condições de produção dos discursos. Dos quatro modos, o três e o quatro são aqueles que se enquadram no campo dos gêneros autorais, sendo que, como já comentamos, os gêneros do modo 4 comportam as três instâncias de autor e pertencem aos campos discursivos literário, filosófico e científico.

Entretanto, os gêneros de modo três também comportam uma posição-autor. São gêneros que pertencem, sobretudo, ao discurso midiático, ao discurso político, e ao discurso

jornalístico. Em casos como esses, tal qual a concepção de autoria descrita por Possenti (2009), a aitorialidade deve ser concebida como uma noção vinculada a um autor responsável, o qual é, ao mesmo tempo, o sujeito-histórico que assume a responsabilidade pelo o que diz e um motor de criação capaz de gerar efeitos de novidade e dar identidade a um discurso ou a um conjunto de discursos. Nesse sentido, a responsabilidade aitorial em tais modos de genericidade implica questões éticas, estéticas, políticas e ideológicas. Isso porque o responsável pelo discurso pode sofrer sanções pelo que diz, pode ser considerado um autor magistral e, além disso, pode ter os discursos aceitos ou rechaçados a depender de suas posições político-ideológicas.

Nesse último caso, Maingueneau (2010) considera que a instância autor-responsável também libera um *ethos* que contribui para uma imagem de autor. A partir da imagem aitorial pode-se distinguir um *ethos* advindo da enunciação do texto propriamente dito: o autor é percebido pelo sujeito-leitor como alguém bem documentado, culto, imaginativo; ou um *ethos* discursivo advindo do paratexto: título, epígrafe, prefácio ou posfácio.

Na esfera discursiva jornalística, em que jornais impressos e digitais, no espaço destinado aos articulistas, buscam promover uma diversidade de pontos de vista, tais questões a respeito do autor-responsável costumam se materializar nas cartas do leitor, na mídia impressa, e no espaço destinado a comentários, na ambiente digital. Esses espaços enunciativos se tornam um lugar de interincompreensão (Maingueneau, 2008), visto que o autor-responsável pode ser visto tanto como um espécie de oráculo detentor de verdades absolutas ou como um proferidor de não-verdades em nome de um posicionamento político-ideológico. Não raros são os articulistas processados na esfera judicial por aquilo que escrevem ou declaram.

Ainda no ambiente da internet, a instância aitorial se assenta num terreno instável. Para além, dos portais de notícia da imprensa oficial, em que a responsabilização pelos discursos está dentro das regras editoriais, há uma infinidade de gêneros de discursos veiculados em suportes digitais independentes em que não há nenhum cuidado com a apresentação das fontes. Em muitos casos, a ambiguidade aitorial ou a não atribuição de autor são estratégias enunciativas, as quais produzem efeitos de sentido capazes de interferir no processo de circulação e recepção dos discursos.

A título de ilustração, há os textos atribuídos a Clarice Lispector, os quais circularam e ainda circulam intensamente na internet. O nome Clarice Lispector, por ser instituído de função-autor, legitima o discurso, modificando o comportamento da recepção, que passa a notá-lo como pertencente a uma obra ou como uma produção verbal superior às práticas linguageiras cotidianas.

Na esfera do discurso jornalístico, as fake News criam uma espécie de cenografia jornalística fantasma, ao se estabelecerem em portais falsos, emularem gêneros de discurso jornalístico, e ao subverterem os meios de circulação do jornalismo tradicional. O que mais importa não é atribuir um nome à instância autoral produtora do gênero de discurso, como se faz em gêneros como o artigo de opinião ou as reportagens investigativas, mas atribuir um nome a uma determinada ação ou declaração.

Tal declaração pode simplesmente não existir ou ser uma frase destacada do texto (Maingueneau, p. 2014), descontextualizada de sua enunciação de origem. Em ambos os casos o autor responsabilizado pelo discurso sofre sanções no espaço virtual e, para além dele, no espaço aberto das interações sociais. Quase que automaticamente, uma série de outros discursos são gerados, impulsionados por uma enunciação polêmica de onde emergem embates políticos e ideológicos e, muitas vezes, discursos de ódio (Buttler, 2021). Mesmo questionada ou desvendada, a verdade sobre a falsa autoria é incapaz de acompanhar o devir incessante da web e pouco eficiente em desconstruir convicções em tempos de pós-verdade.

Considerações Finais

Das considerações feitas neste artigo, podemos dizer que os estudos de Barthes (2004) e Foucault (2013) polarizam as discussões sobre o autor, mas são fundamentais para que uma série de questões a respeito do autor e da autoria fossem levantadas por estudiosos para além do campo da literatura. De um lado há uma abordagem que considera a imanência e o poder performativo da linguagem, dissipando a presença do autor e situando o leitor num espaço de cocriação. Do outro, há uma série de reflexões acerca da presença incontornável da instância autoral em certos discursos e das funções desempenhadas pelo autor enquanto instância responsável pela obra.

Apesar das diferenças, há um ponto de convergência nos estudos pós-estruturalistas a respeito desse objeto de estudo: o autor morto por Barthes foi, em primeiro plano, o autor empírico da crítica romântica e positivista. A partir de então, institui-se uma nova concepção de autor, a saber: instância discursiva que, ou se apaga na performance da escrita, tese defendida por Barthes; ou deixa traços autorais no enunciado, tese defendida por Foucault. Para a AD, a tese de Foucault se aproxima mais de seus postulados teóricos, já que todo discurso está ligado a determinadas práticas enunciativas, as quais determinam estatutos de produção, circulação, e recepção.

Por isso, Maingueneau (2010) se fundamenta em Foucault (2013, 1987) para elaborar a noção de autorialidade, reorientando as reflexões do filósofo francês a respeito do autor e da autoria em direção ao escopo teórico da AD, que leva em conta o funcionamento, a historicidade e o estatuto enunciativo dos discursos. Além disso, em AD os sujeitos implicados nas práticas discursivas assumem posição central. Desse modo, nesse campo de estudos a noção de autor nada mais é do que uma posição-sujeito, situada numa determinada zona do discurso, em um espaço de subjetivação em que é preciso negociar os sentidos. No campo da autorialidade é preciso jogar com as restrições semânticas do discurso (MAINGUENEAU, 2008), com as normas de autoria e com convenções de gênero a fim de criar cenografias singulares ou efeitos de novidade.

Assim como Maingueneau (2010) entendemos que todo texto implica uma forma de autorialidade. E é sobre as “formas de autorialidade” que o analista do discurso deve se debruçar quando tiver como objeto de estudo temas voltados ao autor e à autoria. Há discursos notadamente providos de função-autor (FOUCAULT, 2013) e que comportam as três instâncias autorais que compõem a noção de autorialidade, autor-ator, autor-reponsável, e *auctor*, por conta de sua natureza enunciativa/sócio-discursiva. Para além desses discursos, neste artigo, buscamos mostrar que a noção de autorialidade pode ser aplicada em outras esferas discursivas de maneira satisfatória.

Os gêneros instituídos autorais advindos do discurso jornalístico-midiático cuja principal instância autoral é o autor responsável não são menos complexos que um gênero de discurso literário, haja vista que a depender dos modos de genericidade e das cenas de enunciação, o estudo da autorialidade pode contribuir para o entendimento das convenções de gênero, das normas e estatutos enunciativos implicados em cada discurso. Nessa seara, o fenômeno das fake news, os gêneros digitais de natureza intersemiótica, a inteligência artificial são um solo fértil para o estudo da autorialidade, ao mesmo tempo em que representam um desafio, haja vista que a autoridade pressupõe sujeitos-históricos como instâncias produtoras e leva em conta estatutos sociais associados ao universo da escrita, tais como escritor, jornalista, poeta, blogueiro, youtuber entre outros.

Referências

AZEVEDO NETO, Joachin. A noção de autor em Barthes, Foucault e Agamben. Floema, Bahia, n.10, p. 153-164, jan./jun. 2014. Disponível em <www.periodicos.uesb.br. >

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins fontes, 2004. Disponível em http://www.ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf

BUESCU, Helena Carvalhão. Autor. In CEIA, Carlos. E-Dicionário de Termos Literários, 2010. Disponível em < <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6049/autor/>>

BUTTNER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. Tradução Roberta Fabbri Viscard. São Paulo: Unesp, 2021.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores, e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio de teoria: literatura e senso comum**. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FORTUNATO, Marcia Vescovi. Autoria. In _____. **Autoria sob a materialidade do discurso**. 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2003.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Manuel Barros de Mota (Org.). Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. **Frases sem Texto**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Discurso Literário**. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva (Org.); Tradução Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.